



Processo: 12649/2022

Recorrente: Med Life Saúde, Gestão, Projeto Hospitalar Ltda.

Recorrida: Pro Coração Serviços Médicos Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 075 de 2022 - Processo Licitatório n. 33769/2021

Ao Ilmo. Sr. Dr. Procurador;

Retornam os autos a esta Procuradoria-Geral com solicitação da Comissão de Pregão II para emissão de parecer jurídico opinativo acerca do entendimento quanto ao eventual prejuízo dos princípios do julgamento objetivo das propostas com base na vinculação ao instrumento convocatório (fls. 20/23).

Esta assessoria jurídica já emitiu parecer nos autos (fls. 15/19), sugerindo o retorno do procedimento à Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade para ciência e decisão acerca do recurso, considerando se tratar de questão eminentemente técnica, eis que esta assessoria não tem expertise/competência acerca do objeto licitado, não podendo afirmar se a ausência da previsão de enfermeiro na descrição do objeto dos itens 03 e 04 do lote 2 pode acarretar na incorreção da planilha de custos e/ou consequente inexecução dos serviços.

No entanto, não consta nos autos manifestação da Secretaria de Turismo.

Como narrado no citado parecer de fls. 15/19, cabe ao Pregoeiro a análise da planilha de custos apresentada pela recorrida e sua adequação à proposta, e à secretaria requisitante a análise acerca da adequação da descrição do objeto dos itens 03 e 04 do lote 2.

Se há dúvida acerca da proposta apresentação, s.m.j., a Comissão de Pregão pode se valer da faculdade prevista no item 30.5 do edital, segundo a qual cabe ao pregoeiro e à autoridade superior, *“em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação”*.

Desta forma, poder-se-ia apurar se a proposta apresentada pela recorrida e consequente planilha de custos incluiu o valor referente ao enfermeiro, já que, conforme afirmado pela Secretaria de Turismo, após o título principal de cada lote foram incluídos *“(…) alguns subitens mínimos para servir apenas de ilustração às interessadas, visto que a partir da solicitação da emissão do CART e FARE, é necessário que se cumpra todas as Legislações, Normas (ABNT e CREMERJ) e Notas Técnicas - e suas atualizações - intrínsecas a emissão destes documentos, dentre eles a SEDEC 83/2016. Sem o respaldo e contemplação na íntegra dessas exigências, os órgãos competentes pela fiscalização de eventos não emitem seu Nada a Opor (Autorização), documento necessário para sua liberação do evento”* (fls. 12/13).

Ademais, a *mens legis* da Lei 10.520/02, art. 3º, II é no sentido de que não haja especificação que restrinja a competitividade:

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

1



Salvo melhor juízo, não se verifica limitação à competição na descrição do objeto dos itens 03 e 04 do lote 2, uma vez que a Secretaria de Turismo afirma que os itens seriam exemplificativos, embora esta assessoria jurídica não possa afirmar, dada a ausência de conhecimento técnico acerca do objeto licitado. Ao que parece, pelo contrário, configurar-se-ia restrição ou rigorismo exacerbado a desclassificação imediata da proposta da empresa sem possibilitar a promoção de diligência destinada a verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos no edital, na forma do previsto no item 30.5.

De todo modo, caso seja constatado que a ausência da figura do enfermeiro implica diretamente na incorreção da proposta, cabe à Secretaria requisitante a anulação do certame ou dos referidos itens, na forma do art. 49 da Lei n. 8.666/93 e posteriormente realização de nova licitação com a correção do objeto.

Por fim, s.m.j., verifica-se que o presente recurso perdeu seu objeto, tendo em vista que a empresa recorrida Pro Coração Serviços Médicos Ltda. foi inabilitada nos autos do recurso interposto pela empresa Sistema de Emergência Móvel de Brasília Ltda. (Processo Administrativo n. 12652/2022 - apenso), conforme decisão da Comissão de Pregão II de fls. 38/46 do referido PA, sob o fundamento de não ter sido possível aferir as informações apresentadas no atestado de capacidade técnica, nem comprovar a sua autenticidade diante do órgão atestante, deixando a empresa de atender às exigências editalícias de qualificação técnica dispostas nos subitens 21.1 e 21.2.

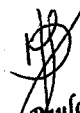
Pelo exposto, **opina-se pelo retorno do procedimento à Comissão de Pregão II** para ciência e providências de sua competência.

Ressalte-se que o exame desta assessoria jurídica se dá tão somente quanto à legalidade, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, nem questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, podendo este decidir de forma diversa, fundamentadamente, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo liminarmente.

Nova Friburgo, 01 de junho de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773


João Paulo Figueiro
PROCURADOR GERAL
PMNF-MATR. 63010